

**DA CANA-DE-AÇÚCAR AO TURISMO: O PROCESSO HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI/AL**

**Artemísia dos Santos Soares**  
**IFAL – Campus Maragogi**  
[artemisiasoares@ifal.edu.br](mailto:artemisiasoares@ifal.edu.br)

**RESUMO**

O município de Maragogi preteritamente foi território socioeconômico e político quase exclusivo da cana-de-açúcar. Esta realidade iniciou sua mudança com o término da construção da rodovia AL-101 Norte, em 1979 e, em seguida, com as ações resultantes do PRODETUR. Para além das forças exógenas ao lugar que exigem e implantam novas territorialidades, há os fatores endógenos construídos historicamente que singularizam a maneira como tais territorialidades se realizam ali. Sob esta perspectiva, este estudo teve como objetivo problematizar historicamente o processo de formação socioespacial do município de Maragogi e seus reflexos no processo de participação social na prática do turismo em Maragogi/AL. Concluiu-se que a visão, ainda hoje hegemônica, que vê o turismo apenas pelo prisma economicista, impede que o seu desenvolvimento contribua plenamente para um processo gerador de melhorias na qualidade de vida das sociedades envolvidas e desenvolvimento local, ignorando os processos de apropriação dos territórios por eles constituídos, bem como a transformação dos lugares, reproduzindo desigualdades históricas e estruturais, tal como a divisão territorial do trabalho herdada da cultura canavieira.

Palavras-chave: Turismo. Maragogi. História.

**ABSTRACT**

The municipality of Maragogi was previously almost exclusively socio-economic and political territory of sugarcane. This reality began its change with the completion of the construction of the AL-101 Norte highway, in 1979, and then with the actions resulting from PRODETUR. In addition to the forces exogenous to the place that demand and implement new territorialities, there are the historically constructed endogenous factors that singularize the way such territorialities are realized there. From this perspective, this study aimed to historically problematize the process of socio-spatial formation of the municipality of Maragogi and its effects on the process of social participation in tourism practice in Maragogi / AL. It was concluded that the still hegemonic view, which sees tourism only from the economist perspective, prevents its development from contributing fully to a process that generates improvements in the quality of life of the societies involved and local development, ignoring the processes of appropriation of tourism territories constituted by them, as well as the transformation of places, reproducing historical and structural inequalities, as well as the territorial division of labor inherited from the sugarcane culture.

Keywords: Tourism. Maragogi Story.

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Maragogi preteritamente foi território socioeconômico e político quase exclusivo da cana-de-açúcar. As elites econômicas da cana-de-açúcar pouco utilizavam a região litorânea e, por isso, tornou-se lugar daqueles que estavam à margem do sistema canavieiro. Esse contexto favoreceu a formação e a apropriação do território por parte de populações tradicionais de pescadores até a década de 1980. Esta realidade iniciou sua mudança com o término da construção da rodovia AL-101 Norte, em 1979 e, em seguida, com as ações resultantes do PRODETUR.

Tal transformação exige uma análise de como as modernizações decorrentes do uso do território pelo turismo têm implicado na adequação dos municípios nordestinos litorâneos, como Maragogi, transformando-os em espaços seletivos. Todavia, para além das forças exógenas ao lugar que exigem e implantam novas territorialidades, há os fatores endógenos construídos historicamente que singularizam a maneira como tais territorialidades se realizam ali. Em Maragogi, tais fatores estão ligados à histórica exploração da cana-de-açúcar que, apesar de ter declinado em seu aspecto econômico, permanece impregnado no modo de vida do maragogiense em seu fazer social, cultural e, conseqüentemente, no econômico, incluindo-se aí o turismo enquanto nova atividade econômica dominante no município.

Desse modo, a atividade se reveste de modernização e eficácia, mas em essência reproduz mecanismos sociais e culturais historicamente construídos, isto é, a mimetização da Divisão Territorial do Trabalho que perpetua os papéis de oprimido e opressor, negando às classes oprimidas, sua voz, a participação. Assim, como as relações históricas de poder local determinam os limites e condicionam as ações vinculadas à dinâmica de participação social no turismo em Maragogi?

Alagoas se desenvolveu economicamente a partir de dois modelos de colonização: “um baseado no pastoreio e na ausência da escravidão, o penedense; outro baseado na *plantation* açucareira, a presença da escravidão negro-africana. Um, com traços democráticos em sua organização social de fraca estruturação; outro, o portocalvense, com forte e perversa estruturação social com ausência de elementos democráticos” (LINDOSO, 2000, p. 43). E nesse ínterim, a partir do crescimento dos

povoados, justificou-se a criação de novas freguesias, entre elas, Maragogi, criada em 1717.

Percebe-se, já a partir de então, a formação das características da sociedade que, atualmente, compõe o município de Maragogi. O monopólio da atividade canavieira sobre o uso do solo, impactou fortemente sob a perspectiva ambiental e, sobretudo, no plano social: a cana-de-açúcar “formou uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influencia nossas vidas até hoje” (TENÓRIO; DANTAS, 2010, p. 10).

Assim, a estrutura de propriedade da terra, com o conseqüente sistema de poder, criada nos três primeiros séculos de colonização marcou para sempre o modelo econômico, social e político de Alagoas. Sob esta perspectiva, este estudo teve como objetivo problematizar historicamente o processo de formação socioespacial do município de Maragogi e seus reflexos no processo de participação social na prática do turismo em Maragogi/AL.

## **2 FORMAÇÃO DE ALAGOAS BOREAL: DA CANA AO TURISMO**

Conforme conta Manuel Diegues Júnior em sua obra *População e açúcar no Nordeste do Brasil* (2012), a colonização do Nordeste começou com a construção de engenhos. Foi o açúcar o motivo da colonização, isto é, o fator a prender o elemento humano à terra. Por meio das fábricas de açúcar, se constituiu a economia agrária do Nordeste, e com ela encaminhou o português o processo colonizador. De Olinda, sede da Capitania de Pernambuco, parte a irradiação colonizadora. Assim, a ocupação humana se processa sob financiamento dos engenhos de açúcar.

Ainda, conforme Diegues Júnior (*idem*), aonde chegava, o elemento colonizador lançava logo as sementes da cana. “Era como grude para fixá-lo, e aos que o acompanhavam, na terra a ser conquistada” (p. 26). Foi assim na conquista do Cabo de Santo Agostinho, na das Alagoas, na da Paraíba, na do Rio Grande do Norte. Tal conquista se fez pelo litoral, às margens dos rios, sem penetração ocidental; este litoral, cuja monotonia de terras era quebrada pelas águas de rios e riachos, era o habitat propício

ao desenvolvimento da economia açucareira. “Na fertilidade de sua terra massapê, estava a riqueza cobiçada: o açúcar” (p. 26).

Quanto à geografia da região, Diegues Júnior (2012) relata que, além do massapê, também os vales, as várzeas, as águas dos rios, geralmente pequenos e mansos, como também a mata, contribuíram para que os canaviais crescessem e abrigassem o elemento humano conquistador. Das matas, as árvores se constituíam, por várias razões, uma necessidade para os engenhos: para a lenha das fornalhas, para as edificações – casa grande, capela, casa de engenho, senzala, para o preparo de certas peças necessárias ao engenho, para o fabrico das caixas de açúcar. E sua derrubada fornecia mais terrenos para plantação da cana. E assim, nessa ânsia de mais terra para expansão da produção canavieira e de madeira para atender às suas necessidades que a cultura canavieira concorreu para a destruição da mata.

Apesar da expansão da cana-de-açúcar haver prosseguido e ocupado terras da atual Paraíba e Rio Grande do Norte, somente em Pernambuco e nas Alagoas se fizeram sentir mais acentuadamente as condições impostas pela monocultura da cana-de-açúcar, incluindo-se aí a escravidão que, para Jessé Souza (2019) deve ser percebida como a criadora de uma singularidade excludente e perversa. “Uma sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada” (p. 10).

Conforme Carvalho (2015) relata, na segunda metade do século XVI, a Capitania de Pernambuco ainda conhecida como Nova Lusitânia, se expande para o Sul, conquista a região de Porto Calvo e, depois, a metade meridional de Alagoas. A colonização se dava pela expulsão dos índios e pela doação de sesmarias para a instalação de engenhos de cana-de-açúcar e fazendas de gado.

A formação da sociedade alagoana se iniciou, portanto, em 1575, por meio de uma sesmaria localizada entre o rio Santo Antônio e o Cabo de Santo Agostinho, abrangendo desde uma pequena parte do atual território sul pernambucano até o município de São Luís do Quitunde, cobrindo as terras de doze municípios atuais. Ali foram construídos engenhos de açúcar e criada a primeira freguesia de Alagoas, em 1590: Porto Calvo, se configurando como berço do atual estado alagoano e palco de fortes

embates entre dominantes e dominados em função, primordialmente, do poder político e econômico, dois aspectos que podem ser considerados diretamente correlacionados na constituição da cidadania, autonomia e desenvolvimento local. Ao iniciar-se o século XVII, o litoral alagoano estava colonizado. À época do domínio holandês, havia, no território alagoano, dezesseis engenhos, dos quais, dez na região porto-calvense.

Cabe aqui ressaltar a indicação do Verçosa (2006) para a formação de uma cultura de exploração do território a partir do núcleo familiar, realidade que deixou marcas na sociedade alagoana, especialmente no litoral Norte alagoano. Além do povoado de Porto Calvo (litoral Norte de Alagoas, à época, Sul de Pernambuco), havia ainda o povoado de Alagoas marcando presença na área lagunar (ao centro), e Penedo (ao sul), que surgiu como um arraial fortificado tanto para evitar o comércio com os franceses e garantir a fronteira no São Francisco, como para combater os índios (CARVALHO, 2015). Esses três povoados foram elevados à categoria de vila em 1636 com os nomes de: Bonsucesso (Porto Calvo), Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul (Marechal) e Penedo do rio São Francisco (COSTA, 1983).

Lindoso (2000) diz em sua análise comparativa entre as sociedades penedense e porto-calvense: “o boi sendo um elemento de democracia pastoril. A cana-de-açúcar sendo um elemento de autoritarismo agrário”. Na sociedade porto-calvense, a vida social já surgiu polarizada entre casas-grandes e as senzalas; sociedade em cujo cume social estava a aristocracia agrária de brancos possuidora de fortes instrumentos de violência social. Em oposição a Diegues Júnior e Freyre, Lindoso diz: “a miscigenação nesta sociedade foi feita de modo compulsivo, e de cima para baixo, tendo por vítima a mulher negra, a mulher índia e a branca pobre. [...] A fala dela é a fala da violência contra o homem subalterno e as mulheres vítimas” (2000, p. 40 – 41).

Dentro dessa dinâmica é que vai se amalgamando a sociedade de Alagoas, tendo o latifúndio e a família como bases: nascendo no engenho, nele se desenvolvendo e se espraiando pelos engenhos vizinhos, a família senhorial alagoana vai expandindo sua influência e construindo os troncos das genealogias sociais e políticas dos “homens bons” das Alagoas. O entrelaçamento endogâmico entre as primeiras famílias gerou em cada região, e até entre regiões, núcleos familiares que tenderão, de um modo geral, a pensar

a dinâmica política e social a partir de interesses particulares e de grupos (VERÇOSA, 2006).

Assim, a imobilização dos dois recursos básicos – terra e trabalho – como condições indispensáveis para a reprodução do sistema plantation, forneceu as condições ideais para esse tipo característico de relação social que, a partir do engenho, foi tecendo os laços de submissão não apenas do escravo, mas também do trabalhador livre, fundamentais para a compreensão da Divisão Territorial do Trabalho ainda hoje presente na dinâmica socioeconômica da região. Segundo Tenório & Dantas (1970, p. 10), o monopólio da atividade canaveira sobre o uso do solo, impactou fortemente sob a perspectiva ambiental e, sobretudo, no plano social: a cana-de-açúcar “formou uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influencia nossas vidas até hoje”.

Nesse processo histórico de dominação hegemônica há alguns “parênteses” de resistência que, sendo contada sob o ponto de vista dos vencedores, foram consideradas como “manchas” na história alagoana até recentemente. O movimento mais conhecido, e, também, duradouro, trata-se do Quilombo dos Palmares, apontado Carvalho (2015), afirma que “O Quilombo dos Palmares foi uma insurreição única. Trata-se da grande rebelião de escravos da América do Sul, um levante nos domínios de uma das potências coloniais da época e que, para ser derrotado, exigiu o maior esforço bélico da história colonial” (p. 95).

A maior concentração de escravos negros fugidos, no século XVII, ocorreu nas *pars borealis*<sup>1</sup> e zona contíguas das bacias hidrográficas do Paraíba e do Mundaú. O “Grande Quilombo” concentrou, segundo cálculo de alguns cronistas, cerca de trinta mil negros fugidos. O que indica, pelo número de aldeias e a grandeza da população, que o Quilombo dos Palmares foi, de fato, uma confederação de aldeias mocambeiras alçadas existente (resistente) durante quase sete décadas (LINDOSO, 2000; CARVALHO, 2015).

---

<sup>1</sup> Designação dada pela administração holandesa-flamenga da Companhia das Índias Ocidentais ao território que do Rio Uma ao rio Santo Antônio Grande, cujo polo de colonização era Porto Calvo, em sua primeira partição cartográfica das terras do sul do antigo Pernambuco (Lindoso, 2000, p. 34)

Na mesma medida da grandeza da resistência, o foi também em violência. Lindoso (*idem*) infere a partir da população do quilombo que Alagoas e o atual sul de Pernambuco concentravam a maior população negra do Brasil do século XVII “e, que pela alta concentração de negros escravos e negros fugidos, a violência sobre os escravos era aí maior, mais intensa e mais cruel” (p. 53).

A formação socioespacial do Brasil, do Nordeste, especialmente de Alagoas, portanto, se desdobrou a partir de decisão do Estado português, centro do poder político colonial que estabelecia as regras básicas, doava terras, controlava as exportações, estimulava o tráfico negreiro e mantinha a escravidão. No Nordeste, a Metrópole desestimulava as atividades concorrentes à fabricação do açúcar, em sintonia e estreita colaboração com os senhores de engenho e os comerciantes instalados no litoral. A Independência do Brasil (1822), a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) não alteraram os laços que uniam a representação política dos engenhos e o Estado, desde a era escravista, na Colônia e no Império (CARVALHO, 2015); até a contemporaneidade.

Percebe-se, então, que as marcas desta formação se fixaram de tal maneira que se torna possível realizar algumas analogias com o modelo de negócio aplicado na atividade canavieira à atividade turística atualmente, como, por exemplo, estar a atividade baseada no baixo custo de mão de obra, na abundância de terras geradoras de latifúndios, realidade que, no turismo, pode-se perceber a partir de uma mesma empresa dominando várias etapas distintas da cadeia produtiva da atividade. Inclusive, há domínios múltiplos, nos quais a mesma empresa atua na economia canavieira, como também no turismo, fomentando a concentração de rendas e riquezas. Tais características levam a atitudes conservadoras tornando moroso o processo de inovação tecnológica e, na área social, não oferecendo as condições necessárias em direção a uma melhoria na qualidade de vida (CARVALHO, 2015). Torna-se relevante, ainda, o fato de que muitos dos sobrenomes colonizadores da região permanecem na liderança política e/ou econômica exercendo o mando, agora, na atividade turística, demonstrando a manutenção da dinâmica social hierarquizada.

A agroindústria do açúcar atravessou ao longo do período colonial (a partir do final do século XVII) crises ligadas às concorrências do açúcar das Antilhas e, posteriormente o açúcar de beterraba, produzido nos próprios países temperados (GOLDSTEIN; SEABRA, 1980). Carvalho (*id.*) explica que o processo rotineiro que tornava o produto alagoano menos competitivo por estar arraigado às formas tradicionais de produção, resistente às inovações “capazes de superar sua forma atrasada de elaborar o açúcar” (p. 51). Um sistema baseado em relações escravistas, no crescimento com base na incorporação de terras e compra de mais escravos, dependente de intermediários para a comercialização final do produto, criou fortes barreiras à sua modernização. O mesmo ocorre atualmente com o turismo, o qual permanece preso ao segmento massivo de “sol e mar”, dependente das grandes operadoras para sua comercialização, mantendo mão de obra sob salários não condizentes com a atividade, além de manter parcerias interinstitucionais, como também, público-privadas para treinamento e qualificação da massa de residentes, em função da demanda do negócio, além do monopólio de grandes empresas em todas as fases da cadeia produtiva do turismo.

No início do século XIX, as vilas da Comarca de Alagoas tinham a representação política organizada nas Câmaras. Nessa instituição “tomavam assento os representantes das famílias mais ilustres, mais tradicionais, mais ligados à terra, no seu sentido autêntico” (BRANDÃO, 2004, p 233-239), realidade não muito distinta à atual, quando se tem na Câmara Municipal, maioria dos vereadores ligada às famílias tradicionais que atuam na atividade turística da região.

Ainda, segundo Carvalho (2015), a emancipação política não significou para Alagoas, capacidade de desenvolvimento autônomo ou de ampliação da vida democrática. Por conseguinte, os relatórios das dezenas de presidentes da província revelam os limitados poderes desses gestores escolhidos na corte imperial e como as eleições eram processos e métodos viciados, que legitimavam os mesmos grupos oligárquicos e excluía quase toda a população. Assim, em Alagoas, durante o século XIX, o poder político provincial

Era condomínio de famílias senhoriais em aliança, em disputa ferrenha pelo mando absoluto sobre os adversários também aliados em oposição numa

população de escravos, índios aldeados, lavradores pobres e moradores sem terra, pequenos comerciantes, sitiados e agregados. (LINDOSO, 2005, p. 37)

Este cenário foi acentuado com a criação da Guarda Nacional em 1831, isto é, uma instituição militar com autonomia regional, que absorvia os senhores de engenho e fazendeiros, institucionalizando a participação destes na vida política municipal e da província. Assim, o título de “coronel” viabilizado pela Guarda Nacional, fornecia mais prestígio e reconhecimento político que militar. Apesar da perda de sua força militar a partir da metade do século XIX, o título tem ampliado seu peso político ao transformar seus antigos oficiais, os “coronéis”, em líderes da estrutura do “mandonismo” no âmbito local: àquele que “traça os rumos das relações sociais e políticas da localidade ao concentrar em suas mãos o domínio econômico, político e até religioso” (MONTEIRO, 1981, p. 15).

Esta narrativa histórica se mostra relevante para esta abordagem na medida em que o coronelismo é percebido como o poder privado no domínio público, uma manifestação considerada predominante no mando local, importante para compreender a representação política estadual e municipal de Alagoas, inclusive atualmente, também no âmbito das decisões que envolvem as políticas públicas do turismo. Afinal, essa prática permitiu a constituição de uma expressiva estrutura comercialização-concentração. Estrutura essa, dominada pelos coronéis, subordinados por sua vez, em termos de valorização do capital, às grandes empresas internacionais do açúcar. E assim o é na atividade turística, tomadas as devidas proporções, principalmente quando levado em conta o nível de envolvimento da massa popular.

Conforme Carvalho (2015, p. 153),

O coronelismo pode ser traduzido como o poder exercido por chefes políticos, como fazendeiros ou senhores de engenhos, sobre uma parcela do eleitorado. O coronel traça os rumos das relações sociais e políticas da localidade ao concentrar em suas mãos o domínio econômico, o poder de justiça ao nomear juiz e delegado, e até mesmo religioso, dada sua influência sobre o padre local. O código do coronel “é o poder do mais forte”.

A narrativa leva a questionar quais desdobramentos imediatos tal manifestação de poder e exclusão democrática poderia acarretar sobre a população de então. Assim, em consideração a perspectiva de desenvolvimento local que valoriza o acesso aos benefícios

socioeconômicos, como também liberdade política, Carvalho (2015) informa que em 1849, para uma população estimada de 210 mil habitantes, o ensino primário público, com 104 pequenas escolas, era frequentado por apenas 5.234 alunos; e, quanto à política, o direito eleitoral apenas reconhecia o voto aos cidadãos ativos, ou seja, proprietários ou quem tivesse uma renda mínima estipulada em lei. Assim, como somente podiam votar os homens ricos, de uma população estimada, em 1842, de 200 mil habitantes, 884 senhores decidiam quem seriam os representantes políticos. Por conseguinte, compreende-se, porque, em 1902, no sistema bicameral (senado e câmara estadual), no Senado, dos quinze membros, 12 eram coronéis; na Câmara Estadual, 15 deputados coronéis estavam acompanhados de seis majores e dois alferes da Guarda Nacional. Os cinco outros membros eram médicos, advogados e padres (Costa & Cabral, 1902, p. 285).

Compreende-se, assim, que historicamente, em Alagoas, os déficits democráticos são conhecidos a muitos níveis. Durante a investigação se tornou possível perceber que a cultura democrática se mostra ainda incipiente e abundam as situações de desrespeito pelos direitos mais elementares. A insensibilidade perante a justiça social e humana, a existência de temores no cotidiano de trabalho, nas instituições e organizações (públicas ou privadas) ilustram suficientemente a inefetividade dos direitos de cidadania e a fragilidade da democracia regional.

A cultura conservadora e comodista se mostra tão arraigada a ponto de o autor citar uma tentativa de modernização realizada ainda no período imperial, buscando a transição entre os antiquados banguês e as novas usinas: “os senhores de engenho, temendo perder o controle completo sobre o complexo produtor, resistiram e continuaram a moer cana nos seus banguês” (CARVALHO, 2015, p. 55). Em 1922, após três décadas de resistência, o velho engenho banguê dá lugar à moderna unidade industrial. Isso corresponde a duas outras mudanças: a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, estabelecendo uma relação entre empresa e empregado; a segunda, a diferenciação entre usineiros e plantadores de açúcar. Em síntese: o funcionamento tecnológico do negócio mudou, contudo, as relações hierarquizadas e segregatória conforme classes permaneceram, quiçá, se fortaleceram.

O processo de passagem dos antigos engenhos para as modernas usinas permitiu a centralização da produção em pequenas unidades cada vez maiores, culminando em concentração de terras nas mãos dos novos empresários, assim os usineiros, apesar do seu aspecto industrial, permaneceram como proprietários de terras, como até hoje ocorre, inclusive na atividade turística, demonstrando o domínio da concentração de poder e renda sobre perspectivas de solidariedade (SINGER, 2002).

Em resistência às forças hegemônicas, há na história regional alagoana, principalmente do Norte alagoano, a Cabanada. Segundo Carvalho (2015, p. 172), trata-se de “uma das mais importantes rebeliões brasileiras, levando-se em conta a extensão do espaço que os cabanos chegaram a dominar, o prolongado período da luta, as populações sensibilizadas pelos revolucionários para alcançar os seus fins e os governos provinciais para reprimi-la”. Conforme Lindoso (2000, p. 105), “A Guerra dos Cabanos é um dos poucos movimentos insurrecionais populares em que os testemunhos que nos chegaram sob a forma de discursos históricos eram unanimemente contrários aos cabanos”. A documentação se mostra parcial, sob perspectiva unilateral, atestando somente o que diziam e repetiam os comandantes das tropas provinciais, os presidentes das províncias envolvidas e as autoridades da Igreja, estes últimos responsáveis pela rendição humilhante que trouxe a paz.

De mesmo modo, atualmente, as maiorias dentre a população são vistas e tratadas enquanto minorias por sua invisibilidade política e econômica, lançando sobre a maioria política e econômica – mesmo sendo minoria de forma quantitativa, o alcance das políticas públicas, benefícios e privilégios. Assim, mesmo quando numericamente representativas, as minorias ocupam espaços desprivilegiados e, como consequência, são destituídas de instrumentos para alcançar, autonomamente, melhores condições de participação nas múltiplas esferas comunitárias. Dessa maneira, a afirmação de Lindoso (2000, p. 125) acerca da análise sociológica tradicional sobre a Cabanada permanece atual e relevante, dada a continuidade das hierarquias e segregações nascidas àquela época.

A Guerra dos Cabanos marca o começo do fim do banguê colonial e do trapiche como engenhos de produção de açúcar. Parecia, enfim, que tal conjuntura iria favorecer o desenvolvimento do proto-campesinato não escravo, fato que não se sucedeu: a Lei nº

601, que dispunha sobre as terras devolutas do Império e sobre as terras das sesmarias que não preenchiam as condições legais, foi proclamada em 18 de setembro de 1850, ano da conclusão da insurreição cabana. “Ela foi pensada e elaborada pela velha classe senhorial escravocrata, que não revela qualquer indício de reconhecer as formas emergentes do proto-campesinato” (LINDOSO, 2000, p. 131), mantendo sob o comando do senhor do engenho as terras devolutas que se encontravam em mãos de pequenos posseiros.

Mais ainda: para além do domínio sobre as terras, manteve-se o domínio sobre as vidas e existências, daqueles considerados aos olhos da Lei, livres, mas perante a sociedade, pobres, dependentes, sem voz e “gratos” à caridade dos senhores, seja pelo lote de terra emprestado para o plantio da roça familiar, pelo corte de cana sazonal e, assim tem permanecido a hierarquização social: “A influência cultural não se transmite, afinal, nas nuvens nem pelo simples contato corporal. Os seres humanos são construídos por influência de instituições [...] No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão [...] Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão” (SOUZA, 2019, p. 40-41).

Lindoso (2000) se refere à geração pós-abolição como “neo-escravos”: “era neo-escrava a maioria dos escravos que na *pars borealis* foi alcançada pela abolição determinada por ato imperial” (p. 174). Estes, migraram para a vida semiurbana e urbana dos povoados, das vilas e cidades interioranas. Nesse contexto, “surgiram no povoado do Gamela da Barra Grande<sup>2</sup> duas ruas de ex-escravos chamadas de Carvão de Dentro e Carvão de Fora [...] Eram ex-escravos vindos dos engenhos, a maioria que trabalhavam no eito e escravos artesãos” (p. 174). Nas cidades e vilas do litoral os negros rurais mudaram de ofícios:

Em vez da enxada, do machado e do machete de cortar cana, a vara de pescar, os covos, os remos das jangadas ou o timão do barco [...] No Gamela da Barra Grande, que se chamou depois vila Isabel, surgiu toda uma geração de pescadores negros ex-escravos, que até hoje perdura como verdadeiros senhores dos trabalhos do mar [...] Na praia do São Bento, célebre à época pela igreja beneditina situada no alto do oiteiro, com seu cemitério adjunto, existiu toda uma família de marujos e mestres-de-barcaça brancos, descendentes do antigo sesmeiro Joaquim Rodrigues Vieira.

---

<sup>2</sup> Gamela da Barra Grande trata-se do atual centro de Maragogi, distrito do município de nome homônimo.

Foi a abolição que trouxe os negros ex-escravos para a costaneira do mar, tirando-os da vida de mucambos nas matas. Tornou-os coletores de peixes e caranguejos nos manguezais em vez de coletores de frutos silvestres nas matas. Em vez de cavouco e dos leirões dos mandiocais, as pescarias do mar e dos esteiros dos mangues (*idem*, p. 175).

E permanecem mudando. Atualmente, a pesca em Maragogi tem sido suplantada pelas atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo, transformando pescadores em jangadeiros de embarcações turísticas quando em suas próprias embarcações (situação menos comum), marinheiros de lanchas e/ou catamarãs de outrem; o ofício da pesca do mar passada de pai a filho, e de avô a neto, assim como a habilidade do nado, também os levou à prática do mergulho com visitantes. Uma minoria permanece na lida da pesca e/ou na coleta de caranguejos nos manguezais, além dos mariscos, esta última atividade mais comum entre as mulheres. Alguns buscam conciliar as atividades, mas há restrições ao uso da embarcação da pesca para condução de pessoas e, por isso, muitos tem optado pela atividade turística que, mesmo sendo sazonal, tem permitido acesso a rendimentos os quais não se obtém por meio da pesca, além do menor risco de morte durante a labuta.

O fim do sistema de moradia dos trabalhadores rurais nas terras de seus empregadores foi impulsionado por meio do reconhecimento, pela Constituição Federal de 1988, dos direitos sociais urbanos aos trabalhadores rurais, no entanto, tais empregadores se recusaram a incorporar os direitos trabalhistas e, por conseguinte, os “moradores” foram sendo expulsos das fazendas e engenhos para as periferias das cidades, “completando assim sua proletarização” (DABAT, 2007, p. 131). No auge desse movimento, nos anos 1990, em paralelo ao advento da atividade turística, mais de 40 mil famílias perderam suas casas, derrubadas pelos tratores das usinas e dos fornecedores de cana (CARVALHO, 2009).

Ainda sobre o território rural da região norte de Alagoas, cabe mencionar que, atualmente, o município de Maragogi detém o maior número de assentamentos rurais do estado de Alagoas, no entanto

Nem mesmo no começo do século XXI, com a incorporação de mais de cem mil hectares pela reforma agrária e o apoio de programa de financiamento da

agricultura familiar, a produção realizada em pequenas propriedades (menores que 10 hectares) conseguiu alterar sua condição de agricultura complementar e, mesmo constituindo a maioria dos estabelecimentos agrícolas, em torno de 80% das propriedades, nunca alcançou mais que 10% da área agrícola. (CARVALHO, 2015, p. 140-1)

Na mesma região na qual se realizou o marco histórico da criação do Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba, em 1875, atualmente, os empreendedores ligados à cadeia produtiva do turismo – mais especificamente meios de hospedagem, agências de receptivo e restaurantes, se reúnem sob a designação do Costa de Corais *Convention & Visitors Bureau*<sup>3</sup>, “entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com um importante papel de consolidar e representar o trade turístico da Costa dos Corais”, cuja missão é “Desenvolver ações que garantam o turismo sustentável na região da Costa dos Corais (Litoral Norte do Estado de Alagoas), representando seus associados na geração de negócios e a promoção do destino no mercado nacional e internacional”. Contudo, não há semelhante organização por parte dos trabalhadores do *trade* turístico, indicando a permanência dos níveis altos de autonomia e participação junto às classes com amplo acesso a recursos econômicos, tornando-os capazes de influenciar politicamente conforme interesses da classe, em detrimento da coletividade da população residente e/ou trabalhadora local.

Tal realidade se aproxima da fala de Lindoso (2000, p. 177), quando este afirma que

Na nobreza rural era pacífica a concordância sobre o poder: ele devia exclusivamente ser compartilhado pelos senhores de terras e escravos, e desse poder deviam ser excluídos os escravos, os índios de servidão de aldeia, os moradores, os lavradores e os bandos de brancos criminais. Aos senhores deviam ser concedidos os privilégios: possuir terras e escravos, ser donos de engenhos de açúcar, possuir uma milícia rural e aplicar justiça sesmeira aprovada pelas Ordenações do Reino e outros de códigos de justiça.

À disputa do poder entre grupos hegemônicos, e à busca exclusivista do governo das coisas, denomina-se oligarquia. E em Alagoas, tais grupos estão ligados até a atualidade ao setor açucareiro, incluindo-se aí àqueles ligados à emancipação de Alagoas

---

<sup>3</sup> Cf. em <http://www.costadoscoraisalagoas.com.br/cccvb>.

da, então província, de Pernambuco após iniciativa da comarca de Alagoas para sufocar a revolução pernambucana de 1817, facilitando, assim, a hegemonia local, com o controle municipal e provincial, passando tais oligarquias a comporem os partidos políticos (CARVALHO, 2015).

Nesse contexto, o turismo se apresenta para Alagoas, para Carvalho (2015) como um milagre. O mesmo milagre que impulsionou a busca por petróleo e o aproveitamento da energia da hidrelétrica de Paulo Afonso. Contudo, são as forças externas, o Estado brasileiro que, financiando ou pressionando, tem obrigado governantes e sociedade a acompanhar a influência positiva das políticas públicas, tais como as do turismo, contribuindo para um processo de melhorias nos indicadores sociais.

### **3 À GUIA DE CONCLUSÃO**

Apesar de todos os esforços externos, a mudança essencial depende das particularidades e processos internos, levando as políticas a se realizarem de modo único em cada lugar, conforme apreensão regional de uma formação socioespacial mais ampla. Há que se levar em conta, ainda, o fundamento de tais políticas: estas levam em consideração as peculiaridades – fraquezas e fortalezas locais ou se aplicam a partir de padrões modelares de cima para baixo? Até que ponto a dinâmica social do lugar está organizada popularmente para exercer, de fato, sua cidadania em uma sociedade democrática?

É esse questionamento que move esta abordagem, a partir da compreensão de que as ideias dominantes passam a determinar a vida das pessoas comuns e seu comportamento cotidiano sem que elas tenham consciência refletida disso. Souza (2019, p. 22) diz que: “é precisamente essa ação continuada no tempo [tal como a formação socioespacial canavieira], atuando sempre em um mesmo sentido, que logra mudar a percepção da vida e, portanto, em consequência, o comportamento prático e a vida real e concreta como um todo para uma enorme quantidade de pessoas”. Assim, sem a consciência crítica da ação dessas ideias sobre o comportamento da sociedade, todos se

tornam vítimas indefesas de uma concepção que domina sem que se possa sequer esboçar uma reação.

Afinal, por que as políticas públicas direcionadas para o ordenamento e o fomento do turismo são conduzidas de maneira tão míope pelas representações econômicas do setor, se não há dissociação entre a base socioespacial do fenômeno turístico e à sua atividade econômica? Essa visão, ainda hoje hegemônica, que vê o turismo apenas pelo prisma economicista, impede que o seu desenvolvimento contribua plenamente para um processo gerador de melhorias na qualidade de vida das sociedades envolvidas e desenvolvimento local. Desse modo, as políticas públicas propostas para o setor turístico têm deixado de lado as demais dimensões do fenômeno, especialmente aquela relacionada com a sua espacialidade (FRATUCCI, 2014), ou seja, têm sistemática e praticamente ignorado os processos de apropriação dos territórios por eles constituídos, bem como a transformação dos lugares, reproduzindo desigualdades históricas e estruturais, tal como a divisão territorial do trabalho herdada da cultura canavieira.

## **REFERÊNCIAS**

- BRANDÃO, M. *História de Alagoas*. 3. Ed. Arapiraca: Edeal, 2004.
- COSTA DE CORAIS *CONVENTION VISITORS & BUREAU - CCCVB. CCCVB - Quem somos*. Disponível em: <<http://www.costadoscoraisalagoas.com.br/cccvb>>. Acesso em: 8 set. 2017.
- COSTA, C. *História de Alagoas*. 2a ed. Maceió: SEC, 1983.
- COSTA, C. & CABRAL, T. *Indicador geral do estado de Alagoas*. Maceió: Typographia Commercial, 1902.
- CARVALHO, C. P. *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: Edufal, 2012.
- CARVALHO, C. P. *Formação histórica de Alagoas*. 3. Ed. Maceió: Edufal, 2015.
- DABAT, C. R.. *Moradores de engenho*. Recife: Edufpe, 2007.
- DIEGUES JÚNIOR, M. B. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. 2. Ed. Maceió: Edufal, 2012.

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo. Em T. D. Pimentel, M. L. Emmendoerfer, & E. L. Tomazzoni, *Gestão pública do turismo no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2014.

GOLDSTEIN, L.; SEABRA, M. *Divisão territorial do trabalho e nova regionalização*, 1980.

LINDOSO, D. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Catavento, 2000.

\_\_\_\_\_. *Interpretação da província. Estudo da cultura alagoana*. Maceió: Edufal/SEPLAN, 2005.

MONTEIRO, H. M. *Nordeste insurgente (1850-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TENÓRIO, D. A.; DANTAS, C. L. *Caminhos do açúcar*. Engenhos e casa grandes de Alagoas. 3a ed. Maceió: IAM, 1970.

VERÇOSA, E. *Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias*. 4. Ed. Maceió: Edufal, 2006.